



A Santa Sé

DISCURSO DO PAPA PAULO VI AO COLÉGIO DOS CARDEAIS E PRELADOS DA CÚRIA ROMANA

Quinta-feira, 23 de Dezembro de 1971

Senhores Cardeais,

Veneráveis Irmãos e Prelados da Cúria Romana:

Saudamo-vos a todos, em Jesus Cristo, no amor do Pai, na comunhão do Espírito.

A iminente expectativa do Natal encontra-nos reunidos neste momento, para nós sempre muito grato. Aguardamos a chegada do Filho de Deus, que enche o mundo com a Sua luz e a Sua graça. Nesta fé n'Ele, fulcro da história humana, centro dos dois Testamentos, expectativa de todos os povos, gostamos de nos deter convosco para sentir a sua presença, entre nós, mais viva e estimulante, e também para recobramos energia e coragem para viver d'Ele, para sermos os apóstolos da Sua mensagem de salvação: *quia ipse est sapientia* — como escreve S. Ambrósio —, *ipse est Verbum, et Verbum Dei... Ipsum semper loquamur. Cum de sapientia loquimur, ipse est; cum de virtute loquimur, ipse est; cum de iustitia loquimur, ipse est; cum de pace loquimur, ipse est; cum de veritate et vita et redemptione loquimur, ipse est* (*Explan. Psalmi 36, 65*; Ed. Petschenig, CSEL, LXIV, pp. 123 s.). D'Ele quer estar repleta a nossa boca, porque o está o nosso coração, que se encontra vigilante na oração e na expectativa; e, por isso, é bonito encontrarmo-nos todos os anos, nesta ante-véspera de Natal.

Estamos grato ao Cardeal Cento, por nos ter introduzido nesta atmosfera com as suas fervorosas palavras, querendo reevocar à nossa memória factos e acontecimentos do ano que está para terminar; agradecemos-lhe tanta bondade, sobretudo a promessa de orações, em que muito confiamos. Também dirigimos uma saudação deferente e afectuosa ao Cardeal Tisserant, Decano do Sacro Colégio, assim como aos outros Cardeais, cuja ausência hoje notamos com pesar, dedicando um pensamento particular ao Cardeal Mindszenty, que reabraçámos este ano,

com tanta comoção.

Este discurso tem por objectivo observarmos, juntos, a Igreja e o mundo, especialmente em relação ao II Concílio do Vaticano e às condições gerais da humanidade, o que muito nos apraz porque nos é permitido prestar a nossa comum atenção aos « sinais dos tempos », para fazer reflexões sobre eles, não só oportunas para nós, mas também para a Igreja inteira.

I. A vida da Igreja ainda está sob o signo do Concílio, deste acontecimento fundamental, cuja experiência entusiasmante e solene, pela graça do Senhor, nos foi permitido viver. Ele determinou uma etapa muito importante na doutrina, na organização, na pastoral, numa palavra, na actualização da Igreja, como Deus a quis. A renovação litúrgica, as responsabilidades colegiais de todo o Corpo episcopal unido a Pedro, a vida sacerdotal e religiosa, a tomada de consciência do laicado católico, receberam um novo impulso do Concílio, e encontram nele um contínuo ponto de referência; dele, também teve início um frutuoso trabalho de investigação e aprofundamento teológico do qual já vemos alguns frutos, esperando que se tornem cada vez mais abundantes e positivos, no enriquecimento e na meditação do inalterável *depositum fidei*; verificou-se um florescimento de estudos e de contributos, no âmbito das ciências bíblicas, da teologia, da moral e da vida espiritual, que serão o documento inequívoco do fervor de estudos desta época conciliar e pós-conciliar. Aquele grande acontecimento foi precisamente uma integração lógica, coerente e fiel do sagrado *depositum*, assim como uma aplicação nova e adequada da acção pastoral da Igreja às necessidades dos tempos.

Mas a verdade — queremos, como sempre, ser objectivo e realista — é que, de alguns lados, surgiu uma certa ambiguidade na interpretação geral do Concílio; segundo algumas pessoas, ele permitiria mudanças profundas na ordem teológica e mudanças constitucionais eversivas. Os principais aspectos desta ambiguidade, que nalguns casos perturbou bastante o *sensus fidei* do Povo de Deus, são os seguintes: o repúdio da tradição; a contestação da autoridade, que, embora partindo de óptimos princípios — serviço, igualdade, solidariedade e amor —, é considerada fruto do desejo da comunidade; a adequação às correntes democráticas da sociedade profana; a tendência a eliminar os deveres e a dar uma interpretação mais cómoda e mais fácil ao empenho cristão. Em oposição a estas atitudes, mantém-se, hoje, a necessidade, como determinou o Concílio, de coordenar a concepção da liberdade cristã — de fazer «tudo a todos », de não tornar difícil a vida cristã — com a exigência da Fé e da Cruz.

Apesar dos mencionados factores de ambiguidade, nós temos plena confiança, assim como firmíssima esperança — não é o Natal a festa da esperança? — que, segundo indicam certos sinais evidentes e confortantes, o verdadeiro amor à Igreja, profundo e sofrido, saberá levar a resultados construtivos e positivos, com a cooperação de todos, clero, religiosos e leigos, sob a sábia orientação dos nossos Irmãos no Episcopado, sucessores dos Apóstolos.

II. Um facto importante e recente, relativo a esse propósito de renovação ordenada e

consciosamente foi o Sínodo dos Bispos, cuja II Assembleia Geral terminou em Novembro passado.

A sua preparação realizou-se por meio de vastas consultas, assim como de uma escolha minuciosa dos temas sugeridos pela Secretaria do Sínodo, baseada nas indicações propostas pelas Conferências Episcopais, e depois de terem sido submetidos à discussão em documentos preparados pela mesma Secretaria. Certamente, como dissemos no encerramento da referida Assembleia, esta experiência poderá contribuir para aperfeiçoar o regulamento e os métodos usados. Mas, depois de um exame preliminar dos trabalhos realizados, devemos reconhecer, realmente, a grande fraternidade e liberdade em que decorreu.

Manifestamos, pois, o nosso apreço e reconhecimento aos Presidentes-Delegados, ao Secretário-Geral e a todos aqueles que os ajudaram no seu difícil trabalho.

Os resultados apresentam-se agora aos olhos de todos e são eloquentes. De facto, julgámos conveniente que os dois documentos sinodais, embora directamente destinados à nossa pessoa, em resposta à consulta que tínhamos feito aos Padres, fossem apresentados a toda a Igreja, devido aos benéficos resultados que, certamente, haveriam de produzir.

Com efeito, os dois mencionados documentos representam, para nós, o fruto de um estudo intenso, que nos deu a conhecer, através das Conferências Episcopais, a voz, os desejos, as expectativas e os votos das Igrejas locais, que nos ofereceram a sua colaboração em matérias de vital importância. E, para nós, foi um motivo de satisfação aceitá-la, como meditado e responsável auxílio à nossa universal acção pastoral, no serviço da Igreja, em dois sectores, cuja particular importância todos compreendem: o sacerdócio ministerial e a justiça no mundo.

As reflexões dos Padres recordaram, primeiro que tudo, a doutrina, a espiritualidade e a praxe da Igreja, no que se refere ao sacerdócio. Eles confirmaram, substancialmente, a concepção da Igreja e do Concílio sobre este tema. Um forte apelo a uma fidelidade magnânima ao sacerdócio ministerial emerge deste aprofundamento, para o nosso sacerdócio, para nós e para todos os nossos irmãos sacerdotes, consagrados ao seguimento e ao serviço de Cristo, mediante a ordenação sacramental ao sacerdócio ministerial.

Ficou claramente delineada a «identidade» do sacerdócio católico. Ainda hoje é dado um grande benefício à economia da Palavra de Deus, à colação da graça, à direcção pastoral do Povo de Deus. Verificou-se a plenitude da consciência de adesão generosa e alegre à concepção paradoxal, porque evangélica, santa, mística e ascética, simples e humana na realidade prática e profética, de seguir Cristo, seguimento qualificado pelo duplo dom total de amor a Cristo e, n'Ele e por Ele, aos irmãos e ao mundo.

Neste quadro, ou compromisso, espontâneo e completo, o sagrado celibato, tradicional na Igreja Latina, não podia deixar de ter no Sínodo a sua conhecida expressão: não só de convicta

confirmação, mas também de actual e histórica renovação. Os Padres, embora não ignorassem as presentes dificuldades da vida do clero, não consideraram anacrónico este modo de corresponder à exigência do amor de Cristo, determinando seleccionar para o ministério sacerdotal só aqueles que, por carisma de vocação e graça, escolhem livremente o sagrado celibato, para terem liberdade de servir plena e exclusivamente. Julgaram o celibato não como um obstáculo que isola a missão do sacerdote no mundo moderno, mas como um título reagente e, ao mesmo tempo, penetrante, para o diálogo com o mundo, em virtude da força evangélica do sal e da luz (cfr. *Mt* 5, 13). Temos a convicção de que a presente, e, sobretudo, a jovem e futura geração do clero, vai aceitar, de bom grado, esta disciplina, vivendo-a magnânima e humildemente. Quem ama, com o coração aberto ao sopro do Espírito Santo, aprecia esta disciplina e sacrifica-se a fim de que o próprio serviço à Igreja e ao Povo de Deus seja mais profícuo. As vocações hão-de florescer, se a Cruz for a sua poderosa atracção.

O outro resultado do Sínodo é o que se refere à justiça e induz a aprofundar o conceito da justiça social, assim como a estudar o modo de a Igreja defender as exigências desta justiça e favorecer o seu desenvolvimento, com a coragem e a mansidão do Evangelho. Nestes últimos tempos, tem-se falado muito de justiça, mas as palavras e as obras ainda devem persistir. Espera-se que a Igreja fale e trabalhe em favor dos que, no mundo, são vítimas de opressão, pobreza, discriminações e violências. E a Igreja continua a sua obra, de harmonia com a própria doutrina social, proclamada pelos Pontífices romanos, a fim de dar uma resposta a estes problemas.

III. O Sínodo foi, sem dúvida, um acontecimento feliz. É assim que o devemos recordar. Mas, na Igreja, também se verificaram muitos outros factos novos, merecedores de particular menção e que desejamos evocar: a intensidade da actividade missionária; o estudo aprofundado e científico dos problemas da catequese, para corresponder a esta vocação fundamental da Igreja; a renovação da formação nos seminários; o impulso dado à vida religiosa, reserva fecundíssima de forças santas para a vida interior e para a irradiação exterior da Igreja; o andamento silencioso, mas bastante profícuo do trabalho ecuménico, com os contactos que se realizaram em Roma, entre os quais foi de particular importância, como Vossa Eminência, Senhor Cardeal, recordou, o que tivemos com Sua Beatitude o Patriarca Siro-Ortodoxo Jakoub III, assim como numerosos intercâmbios fora de Roma, mediante o Nosso Secretariado para a União dos Cristãos; o incremento das actividades de apostolado e testemunho dos leigos, que a Santa Sé promove no mundo, por meio do *Consilium de Laicis*; as reformas litúrgicas, gradualmente promovidas, entre as quais se distinguiu, este ano, a publicação e a entrada em vigor da Liturgia das Horas, que dará novo impulso às orações dos nossos sacerdotes, pela Igreja, com a Igreja e em nome da Igreja; a legislação sobre os matrimónios mistos e sobre a acção judiciária em matéria matrimonial; e a instituição de um órgão de coordenação das actividades caritativas da Igreja, denominado « Cor Unum ». Também não podemos esquecer a afluência cada vez maior de fiéis, que vêm a Roma de todas as partes do mundo, continuando a antiquíssima peregrinação aos lugares sagrados dos Apóstolos, especialmente de Pedro, com os quais fiéis, ao trazerem-nos a expressão da sua fé genuína, continuamos a travar um colóquio pastoral, que reputamos uma

das maiores consolações e responsabilidades do nosso ministério.

De modo particular, porém, queremos aproveitar esta oportunidade para agradecer aos Irmãos no Episcopado, aos Governos, às Organizações Internacionais, ao Clero e ao Laicado, o acolhimento dado à carta *Octogésima Adveniens*, que enviámos ao Cardeal Maurice Roy, por ocasião do octogésimo aniversário da Encíclica *Rerum Novarum*. Tratou-se de uma resposta muito consoladora para o nosso coração. Primeiro que tudo, o eco dos nossos filhos da Igreja manifestou-nos o testemunho de uma firme vontade de reexaminar, à luz dos ensinamentos cristãos, afirmados pelo nosso Predecessor *Leão XIII*, de venerável memória, os novos problemas sociais, que a transformação radical e a contínua evolução vigente no mundo moderno trouxeram consigo; além disso, leva-nos a considerar, através de compreensão inteligente, as ânsias e as aspirações dos homens contemporâneos, para lhes dar a resposta proveniente do Evangelho. Esta consonância de propósitos e intenções dá-nos motivo para termos muita esperança num bom Ano Novo.

Conforme escrevemos na *citada carta*, era preciso que « cada um procurasse examinar-se, para ver o que já fez até agora e aquilo que deveria fazer. Não basta recordar os princípios, afirmar as intenções, fazer notar as injustiças gritantes e proferir denúncias proféticas; estas palavras ficarão sem efeito real, se não forem acompanhadas, para cada um em particular, de uma tomada de consciência mais viva da sua própria responsabilidade e de uma acção efectiva » (N. 48; cfr. AAS 63, 1971, pp. 473 s.). Convidamos todos os fiéis, ou melhor, todos os homens de boa-vontade, a esta tomada de consciência dos próprios deveres, perante a sociedade e a Igreja — de que o Sínodo se tornou eco fiel no seu segundo documento —, a fim de aprofundarem cada vez mais a sua responsabilidade e passarem humilde, mas decididamente, à acção. Chegou a hora das vontades fortes, das grandes decisões: a voz de Cristo chama-nos a todos, a fim de nos empenharmos a fundo em favor dos irmãos. Ninguém pode ficar inerte: todos devem colaborar, na medida das suas próprias forças e da própria vocação. Deus concederá a Sua bênção e dará coragem! Para a frente, *in nomine Domini!*

IV. O tema da justiça também foi proposto por nós à reflexão e ao empenho do mundo, e, especialmente, da Igreja, para o próximo Dia da Paz, que será um apelo a todos os indivíduos, assim como às comunidades, a *meditarem juntos sobre o tema: « Se queres a paz, trabalha pela justiça »*.

A paz que ainda contemplamos, aqui e ali, encontra-se profundamente toldada e, nalguns lados, ameaçada, o que é causa de uma grave preocupação para quem, como nós, vê nela « um bem essencial e fundamental para a humanidade neste mundo »; especialmente, para os homens mais fracos e indefesos, mais atingidos do que os outros por estas perturbações e ameaças.

A paz que nós, em consequência do título especial que provém do Nosso ministério, temos a obrigação de tutelar ou restabelecer.

a) A persistência do conflito no Vietnã; a sua propagação noutras regiões do Sudeste asiático; a recente deflagração de hostilidades entre a Índia e o Paquistão, com as suas consequências e os seus vestígios de sangue e de sofrimento, que nós, com os nossos modestos meios, mas com toda a riqueza do nosso coração, procurámos prever e nos empenhamos em aliviar: tudo isto é fonte de pena e causa angústia a todos os que nutrem sentimentos de fraternidade humana para com aquelas populações e que também ficam pensativos ao observarem o campo mais vasto do mundo, as novas tragédias que, por um lado, as paixões partidárias, e, por outro, a autoridade dos Organismos Internacionais, insuficiente para evitar e sanar as situações de conflito, podem trazer à humanidade.

Tudo isso nos leva a examinar sèriamente até que ponto os motivos de interesses particulares, mais ou menos evidentes, políticos ou ideológicos, têm preponderância — ali e noutros lados — sobre as razões da justiça e da equidade internacional, as únicas em que se pode fundar um equilíbrio que não seja mero fruto, amargo e incerto, de violência ou de opressão.

b) O nosso pensamento dirige-se agora para uma região da Europa que nos é particularmente cara: a Irlanda do Norte, onde, até nesta véspera de Natal, se verificam penosas manifestações de violência, tão contrárias ao carácter cristão daquelas populações. Recordamos novamente que não é aquele o caminho lícito para reivindicar o reconhecimento e o devido respeito de direitos inculcados durante tanto tempo; e que, por outro lado, responder a manifestações deploráveis com a vingança ou com a forte repressão, é e pode ser origem de males ainda maiores, intensificando e aumentando os contrastes, em vez de estabelecer uma ordem civil. A pacificação só poderá ser fruto de um esforço prudente e sincero de todas as partes, destinado a eliminar as causas profundas do mal-estar, que não poderia ser ocultado dando-lhe a aparência de contrastes religiosos.

Paternalmente, fazemos votos por que esta recíproca boa-vontade se manifeste, generosa e eficazmente, acabando com o grito da violência que chama a violência e ouvindo o convite para aquela paz civil e cristã, que é própria do Natal.

c) Não esquecemos, neste contexto, o Oriente Médio, em particular a Terra que a nós, cristãos, é grato chamar Santa, e que, nestes dias, nos fez pensar, em tantos modos, no país de Jesus.

Se é motivo de satisfação notar que, há ano e meio, o fragor das armas terminou quase completamente naquela parte do mundo, não é menos justificada a trepidação causada pelo temor que o incerto armistício possa acabar de um momento para o outro, sem ter atingido o objectivo principal por que oportunamente foi proposto e aceite: isto é, a busca sincera de um acordo de paz ou, pelo menos, de um sólido início de compreensão, mediante negociações leais, que tenham na devida conta os direitos e os legítimos interesses de todas as partes, incluindo entre elas, no lugar que lhes compete, as populações que os acontecimentos dos últimos decénios obrigaram a abandonar as suas terras.

Da nossa parte, nos encontros que tivemos com os responsáveis das nações interessadas, nunca deixámos de encorajar insistentemente qualquer nobre esforço a favor do prolongamento das tréguas, para chegar a um entendimento justo e honroso. Estamos convencido da urgente necessidade de uma solução pacífica e sapientemente equilibrada do problema médio-oriental, solução esta que não poderá certamente ser imposta com o recurso a outras guerras ou por meio de vitórias militares.

No que se refere, em particular, a Jerusalém, não pretendemos agora juntar outras considerações às que já expusemos, repetidamente, no passado: confirmando a necessidade de um estatuto especial, internacionalmente garantido, que faça justiça ao carácter pluralístico e absolutamente particular da Cidade Santa, assim como aos direitos das várias comunidades que ali residem ou que olham para ela e a visitam, considerando-a como o seu centro espiritual.

d) Se é verdade que a justiça constitui a base insubstituível da paz nas relações entre os países e as várias comunidades que neles vivem, não é menos verdade que ela é necessária para a tranquilidade e serenidade da vida de cada nação.

Não pensamos só na justiça social, a que já nos referimos. De facto, não seria justo nem suficiente limitar apenas a este aspecto a exigência de justiça que orienta e condiciona a convivência pacífica dentro dos Estados e entre os Estados. Seria possível deixar de denunciar, desta cátedra de moralidade e paz, que é a Sé de Pedro, os atentados contra os direitos e a dignidade da pessoa humana, que se continuam a verificar em não poucos países, embora estes proclamem solenemente, nas suas Constituições, nas Declarações ou nos Tratados assinados em qualidade de membros da Comunidade Internacional, o reconhecimento e o respeito em relação aos mesmos? Como se podem esquecer, por exemplo, as limitações impostas ao exercício dos direitos políticos e os abusos de poder — tão frequentes, embora na maior parte das vezes unilateralmente acusados, segundo os diversos interesses —, da parte das autoridades públicas, contra indivíduos ou grupos sociais, apesar de o motivo de justificação ser a defesa da ordem constituída e a repressão ou prevenção de tentativas que lhe são hostis? E como se podem esquecer as limitações, repetidamente denunciadas, em prejuízo da liberdade da cultura?

Não poderíamos, não só por dever de justiça e do respeito devido aos direitos fundamentais do homem, mas também em consideração do direito divino da Igreja, ignorar as injustas pressões e repressões, que ainda hoje são exercidas, em diversas regiões do mundo, contra a livre manifestação da fé, contra a vida religiosa, a normal organização e a benéfica actividade da Igreja. Chega-se até a privá-la ou a limitar a sua possibilidade de ensinar, sobretudo à juventude, a Verdade, que ilumina e salva a vida e que, para a convivência pacífica e civil, também constitui uma incomparável nascente de princípios e de energias morais, culturais e sociais.

Portanto, ao deplorarmos, mais uma vez, todas estas iníquas situações e ao manifestarmos a

nossa solidariedade com todos os que são vítimas desta situação, queremos saudar afectuosamente, de modo particular, os nossos Irmãos no Episcopado, que, apesar de ainda estarem sujeitos a condições de opressão ou de legalidade ilegal, fàcilmente escondidas com o silêncio, dão, contemporâneamente, à cristandade e ao mundo, exemplo de uma fidelidade e de uma força de espírito, que não podemos deixar de agradecer.

Rezemos por eles e com eles tenhamos esperança em melhores dias.

E os nossos votos, de paz verdadeira, plena e duradoura, sòlidamente fundada na justiça sincera e profunda, como o Natal anuncia e assegura, dirigem-se a todos os homens, convidando-os a trabalhar por ela; aos filhos da Igreja pedimos, em modo particular, que fortaleçam a própria fé, trabalhem fervorosa e concordemente, e tenham ilimitada confiança no Senhor, a Quem pedimos que lhes dê tenacidade na paciência e entusiasmo na acção.

Que sobre eles e sobre a humanidade inteira desçam copiosamente os favores do Altíssimo, em penhor dos quais agora vos damos a nossa Bênção.